

Senado deixa o Governo livre para pagar credor

O Senado Federal adiou para o esforço concentrado de dezembro, que começa dia 4, a votação do projeto de resolução que define parâmetros para a negociação da dívida externa brasileira, entre eles a proibição de efetuação de qualquer pagamento de juros atrasados antes do fechamento de um acordo com os credores. Com isso, os negociadores da dívida externa brasileira, que estiveram reunidos com o comitê assessor dos bancos credores desde o início da semana, em Nova Iorque, têm agora as mãos livres para acertar, inclusive, o pagamento antecipado de parte desses juros, como exigem os banqueiros privados.

Se o projeto tivesse sido vota-

do ontem, conforme a primeira previsão, trazendo embutida a proibição de qualquer pagamento antes do acordo, a proposta apresentada aos credores anteontem pelo negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauter, de pagamento de 15 por cento dos juros atrasados até dezembro, teria que ser retirada. "Nós estamos dando tempo para o governo e os credores entrarem em entendimento. Não queremos ser acusados de estar inviabilizando as negociações", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Fernando Henrique, porém, disse estranhar a postura do governo de acusar o projeto do Senado de limitar as negociações, já

que a proposta de manutenção de suspensão do pagamento dos juros atrasados até a conclusão de um acordo partiu dos próprios negociadores. "O projeto de resolução a ser votado pelo Senado foi detalhadamente discutido com os negociadores brasileiros. A proposta de não pagar os atrasados foi, inclusive, sugerida pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que disse aos senadores que esta era uma alternativa para agilizar as negociações", afirmou. De qualquer forma, Fernando Henrique acha que o adiamento da votação irá ajudar nas negociações, já que divergências entre o Congresso e o Governo, neste momento, poderiam enfraquecer a posição dos negociadores brasileiros.